

Bibliografia Básica

IMPORTANTE:

Esta bibliográfica básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos, contudo é importante relacioná-la aos temas do exame.

A bibliográfica refere-se a livros de importantes autores que abordam assuntos relacionados aos temas contemplados na CA-400.

1. Livro: Mercado Financeiro – Eduardo Fortuna; 18ª Edição; Editora Qualitymark.
2. Livro: Matemática Financeira e suas aplicações – Alexandre Assaf Neto; 11ª Edição; Editora Atlas.
3. Livro: Matemática Financeira – José Dutra Vieira Sobrinho; 7ª Edição; Editora Atlas.
4. Livro: Curso de Direito Civil – Melhim Namem Chalhub; 1ª Edição; Editora Forence.
5. Manual: Manual da Moradia Própria – FGTS
6. Manual: Manual de Fomento Habitação - FGTS

Legislação Básica

IMPORTANTE:

Esta legislação básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos.

O conteúdo do Exame CA-400 não se restringe apenas manuais e legislações citadas, sendo responsabilidade dos candidatos relacionarem a relação apresentada ao Conteúdo Programático do Exame.

Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Sistema Financeiro Nacional - SFN	LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.	Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.		Não consta revogação expressa.
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	LEI Nº 4.380 DE 21 DE AGOSTO DE 1964.	Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.		Não consta revogação expressa.
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Art. 4.	Não consta revogação expressa.
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	RESOLUÇÃO CMN Nº 1.980 de 30 DE ABRIL DE 1993.	Aprova Regulamento que Disciplina o Direcionamento Dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e as Operações de Financiamento Efetuadas No Âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	RESOLUÇÃO Nº 3157, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003.	Dispõe sobre a definição das instituições integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		
Sistema Financeiro da Habitação - SFH	LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Artigo 4º	Não consta revogação expressa.

Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 17 a 21.	Não consta revogação expressa.
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)	RESOLUÇÃO BACEN Nº 4.676, de 31 DE JULHO DE 2018.	Dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema de Financiamento da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança.		
Negócios e Garantias Imobiliárias	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997.	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Arts. 22, 23, e 26 (§ 2 a 33).	Não consta revogação expressa.
Negócios e Garantias Imobiliárias	RESOLUÇÃO Nº 3.932, de 16 DE DEZEMBRO DE 2010.	Altera e consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).	Art. 16.	
Negócios e Garantias Imobiliárias	LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971.	Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.		
Negócios e Garantias Imobiliárias	DECRETO-LEI Nº 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966.	Autoriza o Funcionamento de Associações de Poupança e Empréstimo, Institui a Cédula Hipotecária e dá outras providências.		Não consta revogação expressa.
Negócios e Garantias Imobiliárias	LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990.	Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.		Não consta revogação expressa.
Negócios e Garantias Imobiliárias	LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.	Institui o Código Civil.	Arts. 818 a 839; 1.419 a 1.430; 1.419 a 1.437; 1.451 a 1.460; 1.473 a 1.488; 1.492 a 1.501;	Não consta revogação expressa.
Negócios e Garantias Imobiliárias	RESOLUÇÃO Nº 1.980, DE 30 DE ABRIL DE 1993.	Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (Sbpe) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (Sfh).	Arts. 25 e 26.	
Produtos para Pessoa Física	RESOLUÇÃO SUSEP Nº 205, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.	Dispõe sobre o seguro habitacional e dá outras providências.	Anexo - Disposições Aplicáveis Ao SH/AM	
Produtos para Pessoa Física	RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.932, de 16 DE DEZEMBRO DE 2010.	Altera e consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).	Cap. IV (SFH)	
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997.	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Art. 38.	Não consta revogação expressa.
Produtos para Pessoa Física	RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.409, DE 28 DE SETEMBRO DE 2006.	Define a metodologia de cálculo do percentual referente à remuneração básica dos depósitos de poupança de que trata o parágrafo único do art. 18-A da Lei 8.177, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória 321, de 2006.	Art. 1.	
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 4.380 DE 21 DE AGOSTO DE 1964.	Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.	Arts. 15; 15A; 15B e 61.	Não consta revogação expressa.

Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Produtos para Pessoa Física	RESOLUCAO BACEN Nº 3.517, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2007.	Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas.		
Produtos para Pessoa Física	RESOLUÇÃO BACEN Nº 1.980, de 30 DE ABRIL DE 1993.	Aprova Regulamento que disciplina o Direcionamento dos Recursos Captados Pelas Entidades Integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança E Empréstimo (SBPE) E As Operações De Financiamento Efetuadas No Âmbito Do Sistema Financeiro Da Habitação (SFH).	Arts. 19 (saldo SFH); 31,32 e 34.	
Produtos para Pessoa Física	CIRCULAR SUSEP Nº 400, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010.	Dispõe sobre a informação e a divulgação do Custo Efetivo do Seguro Habitacional – CESH, em relação às coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente – MIP e Danos Físicos ao Imóvel – DFI.		
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 8.177 DE 01 DE SETEMBRO DE 1991.	Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.	Art. 18A.	Não consta revogação expressa.
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	Art. 188.	Na Base da Legislação a Lei 4.827, de 1924, Revogada Pela Lei 6.015, de 1975, é Registrada Como DPL - Decreto Do Poder Legislativo: DPL 4.827, de 1924.
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 10.931, DE 02 DE AGOSTO DE 2004.	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 10 de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	Arts. 63 e 52.	Não consta revogação expressa.
Produtos para Pessoa Física	LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993.	Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	Art. 21.	Não consta revogação expressa.
Produtos para Pessoa Física	RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.706, DE 27 DE MARÇO DE 2009.	Dispõe sobre a concessão de financiamentos imobiliários, o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores e altera a Resolução nº 2.828, de 2001, que trata da constituição e do funcionamento de agências de fomento.	Art. 2.	Resolução CMN Nº 3757/2009 DOU 02/07/2009 Pág. 57 - Revogação: art.10. Resolução CMN Nº 3932/2010 dou 17/12/2010 pág. 79 - Revogação: art.3, art.4, art.5, art.6, art.7, art.8.
Produtos para Pessoa Física e Jurídica	LEI Nº 11.977, DE 07 DE JULHO DE 2009.	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365 , de 21 de junho de 1941, as leis nºs 4.380 , de 21 de agosto de 1964, 6.015 , de 31 de dezembro de 1973, 8.036 , de 11 de maio de 1990, e 10.257 , de 10 de julho de 2001, e a medida provisória nº 2.197-43 , de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Art. 79.	Não consta revogação expressa.

Tema	Tipo	Ementa	Artigo	Situação
Produtos para Pessoa Física e Jurídica	LEI Nº 14.118, DE 13/01/2021.	Institui o Programa Casa Verde e Amarela: altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 05 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 07 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.		
Produtos para Pessoa Física e Jurídica	DECRETO Nº 10.600, DE 14 DE JANEIRO DE 2021.	Regulamenta a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa Casa Verde e Amarela		
Seguros / Seguradoras	RESOLUÇÃO CNSP Nº 205 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.	Dispõe sobre o seguro habitacional e dá outras providências	Arts. 3, 4, 13, 22, 26.	
Seguros / Seguradoras	CIRCULAR SUSEP Nº 111 DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 [CONSOLIDADO].	Dispõe sobre as condições Especiais, Particulares e as Normas de Rotinas para a Apólice de Seguros Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e da outras providências.		Alterou: CIRCULAR 73/98 [ANEXOS] Revogou: CIRCULAR 6/93, CIRCULAR 5/95, CIRCULAR 8/95, CIRCULAR 14/95, CIRCULAR 49/98, CIRCULAR 60/98, CIRCULAR 95/99.
Seguros / Seguradoras	RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.811, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009	Dispõe sobre a cobertura securitária prevista no art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.		Resolução CMN Nº 3932/2010 DOU 17/12/2010 pág. 79 - Revogação: art. 8.
Seguros/ Seguradoras	LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	Artigo – 5º - inciso IV	Não consta revogação expressa.
LGPD/ Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	Dispõe sobre proteção do consumidor, e dá outras providências.	Arts. 4, 6, 7, 12 a 29, 36 a 42, 46 a 80	Não consta revogação expressa.
LGPD/ Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	RESOLUÇÃO CMN Nº 4.860, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020	Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.		
LGPD/ Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	CIRCULAR BACEN Nº 3.978, DE 23 DE JANEIRO DE 2020	Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.		
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)		
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.		
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	RESOLUÇÃO CMN Nº 4.935, DE 29 DE JULHO DE 2021	Dispõe sobre a contratação de correspondentes no País pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.		

Legislação Complementar – Autorregulação Bancária Febraban

Tema	Tipo	Ementa	Situação
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 001/2008	Este Normativo tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos que promovam o aperfeiçoamento dos padrões de qualidade e serviços das Instituições Financeiras Signatárias no relacionamento com seus consumidores pessoas físicas	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 003/2008	institui o NORMATIVO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR e estabelece diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias, nos relacionamentos com os consumidores.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 004/2009	institui o NORMATIVO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR NA REDE DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS e estabelece diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com os consumidores.	Vigente
Certificação ABECIP de profissionais do mercado imobiliário	Normativo SARB 009/2013	Sanciona as regras e formaliza preceitos comuns a todas as signatárias da Autorregulação e as instituições associadas às entidades conveniadas ao Sistema de Autorregulação Bancária, relativamente ao Programa ABECIP de Certificação de Profissionais de Crédito Imobiliário, de forma a nortear o exercício desses profissionais no mercado de crédito imobiliário, bem como nos demais assuntos de competência temática do setor.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 010/2013	institui o NORMATIVO DE CRÉDITO RESPONSÁVEL e estabelece um programa com diretrizes e orientações que nortearão os procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com seus consumidores, pessoa física, em operações de crédito.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 011/2013	institui o NORMATIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO, e estabelece diretrizes que consolidam as melhores práticas, nacionais e internacionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo a serem observadas pelas Signatárias, em consonância com as normas e aos mecanismos de controle existentes.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 012/2014	institui o NORMATIVO DE RESUMO CONTRATUAL, com diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com seus consumidores que realizarem operações contratuais de crédito.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 013/2014	institui o NORMATIVO DE CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO POR MEIOS REMOTOS, com diretrizes e procedimentos a serem adotados por suas Signatárias nos relacionamentos com seus consumidores, pessoa física, realizadas por canais não presenciais.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 014/2014	institui o NORMATIVO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, que formaliza diretrizes e procedimentos fundamentais para as práticas socioambientais dos seus Signatários nos negócios e na relação com as partes interessadas.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 017/2016	institui o NORMATIVO DE ADEQUAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS AO PERFIL DO CONSUMIDOR e estabelece princípios a serem adotados por suas Signatárias, nos relacionamentos com os consumidores pessoa física.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 018/2017	institui o NORMATIVO DE TRATAMENTO E NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS, com diretrizes e regras a serem adotadas pelas Instituições Financeiras Signatárias nos relacionamentos com os consumidores pessoa física, em situação de endividamento.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 021/2019	institui o NORMATIVO PROGRAMA DE INTEGRIDADE PARA PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E A OUTROS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA, e estabelece princípios e regras que consolidam as melhores práticas nacionais e internacionais atinentes aos procedimentos operacionais e de controle e aos mecanismos de integridade a serem observadas pelas Instituições Financeiras Signatárias, em consonância com as normas existentes.	Vigente
Ouvidoria	Normativo SARB 022/2019	institui o NORMATIVO DE OUVIDORIAS, com diretrizes e regras a serem adotadas pelas Instituições Financeiras Signatárias no relacionamento com os consumidores, pessoa física ou jurídica, nos termos da regulação vigente	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 024/2021	institui o Normativo de Relacionamento com os Consumidores Potencialmente Vulneráveis e estabelece Princípios e Regras a serem adotados por suas signatárias.	Vigente
LGPD / Código de Defesa do Consumidor / Ouvidoria / Ética	Normativo SARB 025/2021	Institui o NORMATIVO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, que estabelece princípios e diretrizes a serem adotadas por suas Signatárias nos relacionamentos com os titulares de dados pessoais.	Vigente